

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 12/05/2016

- [Programa Anjo da Guarda encontra padrinhos para crianças que esperam adoção em Jaboatão](#)
- [Lei proíbe trabalho de gestantes em atividade perigosa](#)
- [PF faz no estado operação contra pornografia infantil na internet](#)
- [Movimento Pró-Criança ainda busca superar perdas após incêndio](#)
- [Aborto retrocede nos países desenvolvidos, mas permanece estável nos demais](#)
- [Último dia da campanha para ajudar mães de bebês com microcefalia na UFPE](#)
- [Brasil precisa ampliar acesso de adolescentes a métodos anticoncepcionais, diz vencedora de prêmio da ONU](#)
- [Mais de 460 milhões de crianças vivem em países afetados por emergências humanitárias, diz UNICEF](#)
- [Rede de Enfrentamento lança Campanha do 18 de maio 2016 no CEDCA/PE](#)

Assunto: Programa Anjo da Guarda encontra padrinhos para crianças que esperam adoção em Jaboatão

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 12/05/2016



É possível cadastrar-se na Vara da Infância e Juventude de Jaboatão para apadrinhamento afetivo, financeiro ou de prestação de serviço para crianças e adolescentes em acolhimento

Em Jaboatão dos Guararapes, existem 22 crianças e adolescentes em abrigos esperando por uma nova família. Algumas, no entanto, aguardam por um tempo prolongado por não se encaixarem no perfil descrito pelos pretendentes à adoção, que em geral ainda preferem crianças mais novas e sem problemas de saúde. Mas ganhar um padrinho ou madrinha tornou-se alternativa para que elas tenham direito a uma convivência familiar. O Programa Anjo da Guarda, desenvolvido pela Vara da Infância e Juventude da Comarca, prevê que cidadãos, empresas e entidades apadrinhem afetivamente, prestem serviços ou forneçam auxílio financeiro

a essas crianças e jovens.

O Programa Anjo da Guarda já conta com 19 padrinhos e madrinhas, que não precisam estar no Cadastro Nacional de Adoção. É uma das iniciativas estimuladas pela Coordenação da Infância e Juventude do TJPE, que em 2016 completa 10 anos. No apadrinhamento afetivo, a criança ou adolescente tem a oportunidade de criar vínculos com os padrinhos, integrar-se a atividades em família, passear e se divertir em ambientes diferentes das casas de acolhimento. Mas as modalidades financeira e de prestação de serviço também são bem-vindas, afirma a juíza da Vara da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes, Christiana Brito Caribé.

"Neste tipo de assistência, profissionais podem, por exemplo, realizar consultas gratuitas – no caso de médicos, dentistas e psicólogos. Cabeleireiros podem se dispor a cortar o cabelo das crianças. Outras pessoas oferecem bolsas de estudo em cursos de inglês, informática, dança, música, entre outros, para os afilhados", explica a magistrada. A iniciativa foi inspirada no Programa Estrela Guia, criado há oito anos pela 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife.

Na última semana, a fotógrafa Cecilia Bradley, com a colaboração da maquiadora Sam Strieder e da modelo Raíza Lima, proporcionou a realização de um sonho de uma adolescente de 15 anos, oferecendo uma sessão de fotos para a produção de um book de modelo, profissão que a jovem deseja seguir.

Uma das casas de acolhimento de Jaboatão foi beneficiada com a prestação de serviço de um professor de capoeira, custeado por dois escritórios de advocacia. O professor comparece duas vezes por semana, por cerca de duas horas, realizando roda de capoeira para dez adolescentes. "A atividade beneficiou muito mais que fisicamente, pois refletiu na melhora da sociabilidade e da autoestima dos jovens. Verificamos uma importante redução nas evasões e queixas de indisciplina em relação a eles", atesta Christiana Caribé.

Experiência – A primeira madrinha do Anjo da Guarda foi a secretária executiva Susiane Scarparo, moradora do bairro de Piedade. Casada e mãe adotiva de um menino de 2 anos de idade, Susiane conheceu uma adolescente de 17 anos quando foi buscar o filho no Lar de Maria. "Ela se aproximou, conversamos e daí veio a ideia de pelo menos poder conviver com ela nos finais de semana, já que não disponho de tempo ou recursos para uma segunda adoção. Procurei a Vara da Infância, soube do programa Anjo da Guarda, e me inscrevi nele imediatamente", conta. Ela considera a experiência muito positiva. "É gratificante e desafiador. Cresci como ser humano, e sei que estou sendo essencial para que o futuro dela seja melhor".

A convivência trouxe mudanças para a vida da adolescente. Ela melhorou o rendimento escolar, sendo aprovada em disciplinas nas quais esteve em recuperação no ano anterior ao apadrinhamento, além de demonstrar ter elevado a autoestima e se considerar mais feliz. De acordo com a madrinha, desde o início da convivência com a jovem, a juíza e a equipe de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos da Vara de Infância e Juventude tem disponibilizado acompanhamento constante. "Contamos com apoio ininterrupto, profissional e institucional".

Como ser um Anjo da Guarda

O interessado em se inscrever no programa pode entrar em contato pelo telefone (81) 3182-6887 ou 3182-6888, enviar um e-mail para apadrinhamento.anjodaguarda@tjpe.jus.br ou comparecer pessoalmente ao Núcleo do Programa Anjo da Guarda (NAAG), localizado no

Fórum de Jaboatão dos Guararapes, BR 101-Sul, Km 80, 4º andar, bairro de Prazeres. É permitida a participação de pessoas que já estão inscritas no Cadastro Nacional de Adoção.

Os candidatos devem apresentar documentação que será analisada pela equipe do NAAG. Posteriormente, se agendará uma visita domiciliar. Os documentos solicitados são:

- Ficha de inscrição preenchida;
- Cópia de RG, CPF e comprovante de residência;
- Atestado de idoneidade moral;
- Atestado médico de sanidade física e mental (fornecido por médico clínico ou psiquiatra).

Assunto: Lei proíbe trabalho de gestantes em atividade perigosa
Fonte: Agência Senado
Data: 12/05/2016



As mulheres grávidas ou que estejam amamentando serão temporariamente afastadas de locais insalubres de trabalho. É o que estabelece a Lei 13.287/2016, publicada nesta quarta-feira (11) no Diário Oficial da União. O trecho que garantia o pagamento integral do salário incluindo o adicional de insalubridade foi vetado.

A lei é originária do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 76/2014, aprovado em abril pelo Plenário do Senado. Já está valendo desde a publicação.

A lei garante à trabalhadora gestante ou lactante o exercício de suas funções em local saudável durante esse período em especial. Mas foi vetada a manutenção do salário integral incluindo os adicionais de insalubridade, depois de ouvidos os Ministérios da Fazenda e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

De acordo com as razões do veto, a manutenção do salário tem mérito, mas o texto da lei estava ambíguo e poderia prejudicar a trabalhadora. Isso porque o tempo da lactação pode se estender além do período de estabilidade no emprego após o parto, e o custo adicional para o empregador poderia levá-lo à demissão da trabalhadora após o término da estabilidade pela gravidez.

Senado

Antes da análise no Plenário, o projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. A relatora *ad hoc* na comissão, senadora Ana Amélia (PP-RS), reforçou que é imprescindível não penitenciar a gestante e lactante em razão da maternidade. O relator original da proposta foi o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). No relatório, ele defendeu a continuidade do pagamento do adicional de insalubridade. Segundo ele, “o comprometimento da renda da trabalhadora poderia fazer com que ela buscasse formas de evitar tal afastamento, ainda que expondo a risco sua saúde e a de seu bebê”.

Assunto: PF faz no estado operação contra pornografia infantil na internet

Fonte: Portal G1 PE

Data: 12/05/2016



A Polícia Federal em Pernambuco deflagrou na manhã desta quinta-feira (12), em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife, e em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata, a Operação Help. O objetivo da Unidade de Repressão aos Crimes de Ódio é combater a pornografia infantil na internet. São investigados o armazenamento e a divulgação de imagens e vídeos. Esta é a segunda ação desse tipo realizada no estado.



Polícia Federal faz operação contra pornografia infantil

Estão sendo cumpridos dois mandados de busca e apreensão. Dez policiais federais participam da ação. As investigações começaram há cerca de dois anos. Elas foram baseadas em suspeitas de utilização de material pornográfico infantil por usuários da internet, a partir de um ajustamento de conduta firmado entre o Ministério Público Federal de São Paulo e uma grande empresa de pesquisa de páginas na internet.

Os órgãos descobriram o compartilhamento de material pornográfico infantil. Foram identificados arquivos com conteúdo ilícito. Por isso, a PF instaurou dois inquéritos e chegou aos endereços dos alvos da operação. Há suspeitas de que os suspeitos podem ainda estar compartilhando os conteúdos ilegais.

Tecnologia

A Polícia Federal dispõe de um sistema próprio de investigação. Por meio do programa “Gênese” faz uma varredura na internet e busca perfis ou páginas suspeitas que contenham material pornográfico infantil.

Em caso de detecção de material pornográfico infantil nos computadores ou equipamentos eletrônicos de suspeitos, há a possibilidade de efetuar a prisão em flagrante. E se não forem achados arquivos de vídeo ou foto no momento da varredura preliminar, os equipamentos serão apreendidos e passarão por uma nova perícia mais minuciosa.

Quem é flagrado cometendo esse tipo de crime pode pegar de um a quatro anos de reclusão. Em caso de compartilhamento de material eletrônico, a pena passa a ser de três a seis anos de reclusão.

Números

Em Pernambuco, em 2013 e 2014, foram instaurados 76 inquéritos policiais, desenvolvidas 11 operações e cumpridos 42 mandados de busca e apreensão. Houve sete prisões em flagrante.

Existem registros de pornografia infantil em 24 cidades. Ao todo, 21 suspeitos foram investigados. Alguns estão indiciados e respondem ao processo em liberdade.

Em 2015, foram deflagradas cinco operações de combate a pornografia infantil e cumpridos 22 mandados de busca e apreensão. Os policiais localizaram 21 endereços e autuaram dois suspeito em flagrante.

Assunto: Movimento Pró-Criança ainda busca superar perdas após incêndio

Fonte: Portal G1 PE

Data: 12/05/2016



Rhayssa Quirino, 14, e Adriano Pires, 16, se orgulham em fazer parte das atividades do Movimento Pró-Criança

A espera acabou. Depois de mais de um ano aguardando a verba do governo destinada à reconstrução do prédio do Movimento Pró-Criança no bairro dos Coelhos, no Centro do Recife, a instituição finalmente recebeu a primeira parcela do total de R\$ 1 milhão destinado a reparar os danos causados pelo incêndio de agosto de 2014. Apesar do longo período entre o incêndio e a doação, prometida em dezembro do mesmo ano, a força de vontade de alunos e professores para superar a perda de materiais e manter a qualidade das atividades mostra que o acidente só aumentou a vontade de fazer mais e melhor.

Nesta quinta (12), ocorrerá a primeira reunião para avaliar o cronograma de ações a serem feitas com a primeira parcela da verba. A retirada dos entulhos carbonizados, adiada desde o período do acidente, é o primeiro passo. O pouco auxílio financeiro que restou possibilitava manter o funcionamento das atividades em salas cedidas por outras ONGs, mas ainda não era suficiente para reformar os espaços destruídos pelas chamas.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, à frente das negociações para a entrega da verba, uma série de trâmites burocráticos precisou ser cumprida até a liberação do dinheiro. O levantamento de documentações para formalizar o convênio foi demorado, mas a pasta assegurou a necessidade da criação de um plano de trabalho para listar os destinos do auxílio financeiro. Enquanto isso, o auxílio vindo de outras fontes praticamente cessou.

“Recebíamos doações de pessoas física e jurídica, mas com o anúncio do governo, houve uma diminuição dessa ajuda. Temos dificuldade para manter as atividades funcionando, mas fazemos bazares e principalmente contamos com as doações feitas por meio das contas de água e de luz”, explica Júlia Zidanes, gestora da unidade dos Coelhos.



Após um ano e nove meses do incêndio, entulhos ainda permanecem intactos no prédio do MPC, no bairro dos Coelhos

A nossa ideia aqui é resgatar esses meninos do contexto difícil das comunidades em que eles vivem para mostrar uma nova realidade a eles"

Júlia Zidanes, gestora da unidade Coelhos do MPC

Por meio dos Projetos Clarear e Regar, cerca de 245 mil contribuintes doam mensalmente a quantia de R\$ 1,50 para o MPC e outros três projetos sociais. A quantia arrecadada é destinada à manutenção do coral, do judô e das aulas de artes para os jovens dos seis aos 14 anos, além do pagamento de funcionários e de outras despesas como água e luz. “As 540 crianças que participam das atividades têm, cada uma, um custo mensal de R\$ 164. Por isso, nos viramos como dá”, conta a gestora.

Mesmo com os poucos recursos, professores e alunos se empenham para manter as atividades com o mesmo gás de antes. “Perdemos muitos materiais de qualidade para o fogo. Agora, temos que nos virar com pouco, mas essa é uma forma de incentivar a partilha entre os alunos”, revela a professora Patrícia Santos, há mais de dez anos à frente das aulas de artes do local.

Para a professora, o esforço para dividir o material é recompensado com o envolvimento de jovens como Adriano Pires, 16, e Rhayssa Quirino, 14. Aluna do MPC desde os 9 anos, ela frequenta as aulas, às terças e quintas, com mais dois irmãos e se sente realizada durante as atividades. “Gosto muito das oficinas porque são uma forma de me ocupar e de me divertir”, conta a menina. Aluno há apenas um ano, Adriano já pensa em ampliar o vínculo com o MPC. “Quero trabalhar aqui futuramente”, almeja.

Além do envolvimento de alunos vindos de comunidades recifenses como Coelhos e Coque, na área central, Patrícia Santos também se sente recompensada com a participação de intercambistas, vindos de países como Alemanha e Polônia através de parceria com a Aiesec Recife. “Uma coisa é ensinar sobre culturas usando exemplos de livros, mas outra coisa completamente diferente é ter uma pessoa de outro país para falar sobre as suas vivências. Os meninos adoram”, conta a professora.



Tim Junkermann, 21, e Klaudia Slosavryk, 24, são intercambistas e participam das atividades no local

polonesa Klaudia Slosavryk, 24, diz que as atividades feitas no Movimento superaram as suas expectativas. “A oportunidade de passar esse tempo com as crianças é incrível. Aprendo um pouco sobre a cultura deles e eles aprendem um pouco da minha apesar dos poucos recursos”, elogia a jovem.

Para quem vem de outro país, a troca de experiências é igualmente prazerosa. Há menos de um mês no Recife, o estudante alemão de Negócios e Engenharia Tim Junkermann, 21, já ouviu histórias sobre o incêndio e chegou a ver o estado das salas, mas percebe que os integrantes do MPC não desanimaram com as perdas. “O trabalho realizado aqui é muito bom. Meu curso não tem a ver com arte, mas estou me envolvendo bastante com as atividades que eles fazem”, conta o estudante.

Apesar de ter apenas um dia como integrante das atividades, a estudante

No judô, o professor Marcílio Félix acredita que o período depois do incêndio trouxe resultados melhores para os atletas. “Os meninos vestiram a camisa do Movimento, porque viram que existia a necessidade de correr atrás do prejuízo”, conta. O problema, agora, é administrar os custos dos judocas que se classificam para competições estaduais e nacionais. “É sempre uma vitória quando um deles se classifica, mas é complicado para administrar os custos com viagens, hospedagem e taxas de competição”, explica.

A gestora Júlia Zidanes reconhece os problemas, mas acredita que eles são mínimos diante do objetivo do Movimento. “A nossa ideia aqui é resgatar esses meninos do contexto difícil das comunidades em que eles vivem para mostrar uma nova realidade a eles”, ressalta.



Para o professor Marcílio Félix (em pé à esquerda), judocas se sentiram estimulados a defender a camisa do MPC após incêndio

Assunto: Aborto retrocede nos países desenvolvidos, mas permanece estável nos demais

Fonte: Diário de PE

Data: 12/05/2016

DIÁRIO de
PERNAMBUCO



Segundo os pesquisadores, uma em cada quatro gestações em média em todo o mundo resulta em aborto

a cada ano no mundo, de acordo com o estudo, publicado na revista médica britânica The Lancet.

A alta taxa de abortos nos países mais pobres ilustra a necessidade de acesso a métodos contraceptivos modernos, como a pílula, implantes e outros dispositivos, como o DIU, indicam os pesquisadores.

"Nos países em desenvolvimento, os serviços de planejamento familiar não parecem estar em condições de responder ao desejo crescente de famílias menores", afirma Gilda Sedgh, do Instituto Guttmacher, em Nova York, que coordenou o estudo.

"Mais de 80% das gestações indesejadas acontecem entre as mulheres que não têm acesso a métodos contraceptivos modernos, e muitas delas terminam em abortos", acrescentou.

O estudo, que foi realizado com a colaboração da Organização Mundial da Saúde (OMS), também concluiu que as leis restritivas não reduzem o número de abortos.

Em países onde as interrupções voluntárias da gravidez são limitadas - e, portanto, realizadas em condições arriscadas - estima-se que a taxa de aborto é tão alta quanto em países onde a prática legal.

Segundo os pesquisadores, uma em cada quatro gestações em média em todo o mundo resulta em aborto.

Em 2010-2014, a taxa mais elevada (32% das gestações) foi observada na América Latina, onde vários países proíbem totalmente o aborto.

A taxa de abortos diminuiu em 40% nos países ricos desde 1990, mas mantém-se inalterada nos países em desenvolvimento onde os procedimentos para acabar com a gravidez indesejada são muitas vezes perigosos, de acordo com um estudo publicado nesta quinta-feira (12).

Entre 1990 e 2014, cerca de 56 milhões de abortos foram realizados

A professora Diana Greene Foster, da Universidade da Califórnia, concorda. "Os abortos não podem ser evitados com a criminalização. Ao contrário, apenas leva as mulheres a recorrer a serviços ou métodos ilegais", disse em um comentário publicado com o estudo.

No período de 25 anos analisado (1990-2014), a taxa de aborto nos países desenvolvidos diminuiu de 46 a 27 por 1.000 mulheres em idade fértil (15 a 44 anos).

Esta queda deve-se principalmente a uma redução acentuada da taxa de abortos nos países do leste europeu, de 88 para 42, graças a um melhor acesso à contracepção.

Também caiu no sul da Europa (de 39 a 26), no norte da Europa (22 a 18) e na América do Norte (25 a 17) durante o mesmo período.

Os pesquisadores usaram estatísticas oficiais, mas também dados obtidos durante investigações ou estudos, publicados ou não.

Assunto: Último dia da campanha para ajudar mães de bebês com microcefalia na UFPE

Fonte: Diário de PE

Data: 12/05/2016



Segue até as 20h desta quinta-feira a campanha “Anjos para mães de anjos”, promovida em prol da União de Mães de Anjos (UMA), que apoia mães de bebês com microcefalia do interior do estado. Um estande montado no hall do Centro de Artes e Comunicação (CAC) pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ-PE), com o apoio do Núcleo de Acessibilidade (Nace) da UFPE, recebe doações.

Os donativos podem ser itens de alimentação e higiene de bebês, vestimentas, nebulizador, cadeira de alimentação, carrinho de bebê, banheiras e brinquedos para estimulação infantil (visual, auditiva, motora).

Assunto: Brasil precisa ampliar acesso de adolescentes a métodos anticoncepcionais, diz vencedora de prêmio da ONU

Fonte: ONU

Data: 12/05/2016



O Brasil avançou nas últimas décadas na disseminação do uso de anticoncepcionais entre as mulheres. No entanto, as adolescentes, especialmente de classes mais baixas, continuam tendo baixo acesso a esses métodos, de acordo com a cientista social brasileira Carmen Barroso, integrante do Painel Independente da Estratégia Global sobre Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes do secretário-geral da ONU e vencedora do Prêmio de População das Nações Unidas de 2016.



Índices de gravidez na adolescência permanecem altos no Brasil

saúde da mulher. A homenagem é feita anualmente pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) a indivíduos ou instituições por suas contribuições nas áreas de população e saúde reprodutiva.

Para a especialista, desde os anos 1980 o Brasil tem tido destaque no cenário global por sua abordagem dos direitos reprodutivos das mulheres sob a óptica de direitos humanos, e não mais sob o olhar de controle populacional como ocorria durante a ditadura militar. Na opinião de Barroso, o prêmio concedido pela ONU reconhece justamente essa abordagem.

Apesar disso, o país ainda enfrenta importantes desafios, especialmente em relação ao acesso das adolescentes mais pobres a métodos contraceptivos e nos debates sobre a interrupção voluntária da gravidez.

A especialista reconheceu que houve uma recente disseminação dos métodos anticoncepcionais, que estavam anteriormente restritos às classes médias urbanas. “Mas essa

O Brasil avançou nas últimas décadas na disseminação do uso de anticoncepcionais entre as mulheres. No entanto, entre as adolescentes de classes mais baixas o acesso a esses métodos é deficiente, disse a cientista social Carmen Barroso, membro do Painel Independente da Estratégia Global sobre Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes do secretário-geral da ONU.

No fim de abril, Carmen recebeu o Prêmio de População das Nações Unidas de 2016 por sua trajetória pioneira em estudos de gênero e na formulação de políticas de

disseminação ocorreu entre as mulheres mais velhas. As jovens ainda enfrentam toda uma carga de preconceitos, segundo os quais elas não devem ser sexualmente ativas”, declarou.

A consequência disso é uma alta incidência de gravidez entre adolescentes, mesmo com a trajetória de queda registrada nos últimos anos.

Segundo dados do UNFPA, a taxa de fecundidade adolescente no Brasil passou 86 para cada 1 mil habitantes em 2000 para 75,6 em 2010. Esse indicador é quase o dobro de outras regiões do mundo, nas quais a média é de 48,9 por 1 mil. Segundo o levantamento, a maior incidência de gravidez na adolescência ocorre entre jovens de classes mais pobres.

“Há ainda esse enorme problema das jovens adolescentes que de um modo geral têm suas demandas por métodos anticoncepcionais insatisfeitas”, declarou Carmen, lembrando que muitas vezes os próprios médicos do sistema público de saúde não orientam as meninas mais jovens a adotar métodos contraceptivos.

“As meninas pobres mais velhas bem ou mal estão conseguindo acesso bastante amplo (a métodos anticoncepcionais). As meninas de classe média têm suas dificuldades, mas não tanto. Já as meninas pobres estão engravidando sem desejar”, afirmou.

Educação sexual nas escolas

Na opinião da especialista, além do acesso a métodos anticoncepcionais nos serviços de saúde, é necessário melhorar as políticas de educação sexual nas escolas, de forma a reduzir os altos índices de gravidez indesejada entre adolescentes.

Para Barroso, apesar de existirem experiências de educação sexual inovadoras no Brasil, estas estão muito restritas a escolas particulares, não disseminadas pela rede pública.

“O Brasil está atrasado até em relação aos vizinhos de América Latina nesse tema. A Costa Rica, um país tão pequeno, aprovou recentemente um excelente currículo escolar, com treinamento de professores, participação dos estudantes, da sociedade civil. É um exemplo a ser seguido.”

A especialista lembrou ainda que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem desenvolvido parâmetros curriculares para educação sexual que podem ser adotados pelas escolas brasileiras. “Precisamos ter uma política séria de educação sexual”, afirmou, defendendo que essas iniciativas precisam vir do âmbito federal.

“Ainda existe uma mentalidade retrógrada que pensa que a educação sexual é perigosa, que vai incentivar os jovens a iniciar sua vida sexual”, afirmou. “Isso é uma bobagem, porque os jovens já estão tendo atividade sexual”. Segundo ela, os adolescentes mais esclarecidos em relação à própria sexualidade são também mais prudentes em suas ações.



A cientista social brasileira Carmen Barroso recebeu o Prêmio de População das Nações Unidas de 2016

Surto de zika

O surto de vírus zika, vinculado a casos de microcefalia entre recém-nascidos, é uma situação emergencial que requer impulsionar os direitos reprodutivos das mulheres, segundo Barroso.

De acordo com ela, é preciso ampliar as campanhas de conscientização da população sobre o uso de métodos anticoncepcionais para as mulheres que não desejarem correr o risco de engravidar enquanto a doença continua se espalhando.

“É necessário que todos os métodos anticoncepcionais estejam disponíveis para toda a população em todas as classes sociais, em todas as áreas afetadas e para todas as idades”, disse. “A função que se esperava do serviço público seria um aumento das campanhas educativas para informar a população sobre todas as possibilidades”, completou.

A especialista também defendeu a legalização da interrupção voluntária da gravidez caso haja risco de o bebê nascer com microcefalia.

“Estamos em uma situação de emergência”, disse, lembrando que um grupo de advogados, acadêmicos e ativistas prepara uma ação judicial para pedir ao Superior Tribunal Federal (STJ) o direito ao aborto em gestações de bebês com microcefalia.

Assunto: Mais de 460 milhões de crianças vivem em países afetados por emergências humanitárias, diz UNICEF

Fonte: ONU

Data: 12/05/2016



Quase um quarto das crianças com idade escolar (462 milhões) vive em países afetados por emergências humanitárias, segundo novo relatório publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e parceiros.



Embaixador da Boa Vontade Orlando Bloom brinca com crianças em escola de Slovyansk, como parte de sua visita a zonas de conflito na Ucrânia

apenas 2% dos recursos humanitários globais são dedicados à educação, disse o UNICEF em comunicado à imprensa.

“A educação muda vidas em emergências”, disse a chefe global do UNICEF para educação, Josephine Bourne. “Ir à escola mantém o futuro das crianças seguro, assim como o futuro de suas comunidades. É hora de a educação ser priorizada pela comunidade internacional como parte essencial da resposta humanitária básica, além de água, alimentos e abrigo”, disse.

O UNICEF disse ter lançado as novas estatísticas antes da primeira Cúpula Humanitária Internacional em Istambul em 23 e 24 de maio, onde um novo fundo será lançado para dar acesso à aprendizagem por crianças em situação de emergência.

O fundo pretende arrecadar aproximadamente 4 bilhões de dólares para atingir 13,6 milhões de crianças precisando de educação em situações de emergência em 5 anos, antes de atingir 75 milhões de crianças em 2030, disse a agência.

O novo relatório foi divulgado durante viagem do embaixador da Boa Vontade do UNICEF, o ator inglês Orlando Bloom, ao leste da Ucrânia para levantar atenções para a crise educacional enfrentada por crianças em situação de emergência humanitária.

Quase um quarto das crianças com idade escolar (462 milhões) vive em países afetados por emergências humanitárias, segundo novo relatório publicado na semana passada (4) pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e parceiros.

O relatório concluiu que aproximadamente uma em cada seis, ou 75 milhões, de crianças de 3 a 18 anos vive em países afetados por crises e são classificadas como tendo profundas necessidades de apoio educacional. No entanto, em média,

Bloom visitou salas de aula atingidas por bombardeios a apenas 3 km da zona do conflito iniciado mais de dois anos atrás. Aproximadamente 580 mil crianças estão em necessidade premente de ajuda e mais de 230 mil foram forçadas a deixar suas casas.

Além disso, uma em cada cinco escolas e jardins de infância na região foi danificada ou destruída e cerca de 300 mil crianças estão em necessidade imediata de assistência para continuar sua educação, disse o UNICEF.

“Conheci crianças como Liana, de 11 anos, que se escondeu no porão da escola por quase duas semanas, em condições congelantes, sem luz ou calor, enquanto bombardeios devastavam sua sala de aula”, disse Bloom.

“Agora, depois de sobreviver à experiência mais assustadora que a vida poderia colocar, tudo o que querem é voltar para a rotina escolar com segurança e planejar o futuro”, completou.

O UNICEF apoiou o reparo e reabilitação de 57 escolas no leste da Ucrânia, e forneceu instrumentos de estudo a centenas de milhares de crianças, como cadernos, mesas e canetas, assim como apoio psicológico e aulas particulares.

Durante sua estadia na Ucrânia, Bloom também se encontrou com crianças recebendo aconselhamento do UNICEF por psicólogos, para ajudá-las a se recuperar das experiências vividas durante o conflito.

Imunização

Quase dois terços das crianças que não foram imunizadas com vacinas básicas vivem em países que estão parcialmente ou totalmente afetados por conflitos, segundo o UNICEF.

Dos países em conflito, o Sudão do Sul tem o mais alto percentual de crianças não imunizadas, com 61% sem ter recebido as vacinas infantis básicas, seguido pela Somália, com 58%, e pela Síria, com 57%, disse o UNICEF em comunicado à imprensa.

“O conflito cria um ambiente ideal para surtos de doenças”, disse o chefe de imunização do UNICEF, Robin Nandy. “As crianças ficam sem imunizações básicas por causa do colapso, e às vezes destruição deliberada, de serviços de saúde vitais. E mesmo quando os serviços médicos estão disponíveis, a insegurança frequentemente atrapalha.”

As principais causas de doenças infantis e morte incluem sarampo, diarreia, infecções respiratórias e má nutrição, que podem piorar em conflitos e emergências, de acordo com o UNICEF.

Na Síria, os níveis de imunização caíram de mais de 80% em 2010, antes do conflito, para 43% em 2014. A poliomielite ressurgiu no país em 2013, depois de 14 anos sem casos.

No país, uma campanha de vacinação começou no fim de abril e teve como alvo



Bebê é vacinado em Ein Al Beidah, vilarejo da Cisjordânia

crianças que não tiveram acesso à vacinação de rotina, especialmente em áreas isoladas e de difícil acesso. Muitas dessas crianças, que nasceram durante o conflito, nunca tinham sido vacinadas, disse o UNICEF.

Assunto: Rede de Enfrentamento lança Campanha do 18 de maio 2016 no CEDCA/PE

Fonte: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Data: 12/05/2016



Durante coletiva de imprensa, a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco anunciou o tema da campanha deste ano, que tem como mote o “Fortalecimento da Rede de Proteção para o Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Proteger é Coisa Nossa”. Além disso, dados importantes foram apresentados sobre o assunto.

A Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Pernambuco realizou, na manhã desta terça-feira, dia 10 de maio, em coletiva de imprensa no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA-PE), o lançamento da Campanha do 18 de maio 2016, que tem como tema o “Fortalecimento da Rede de Proteção para o Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Proteger é Coisa Nossa”.

Considerando a situação da Rede de Proteção no atendimento às situações de Violência Sexual, a campanha tem como objetivo comprometer a sociedade e o poder público no que se refere à necessidade de pautar a temática da violência sexual, assim como primar pelo aperfeiçoamento e fortalecimento da Rede de Proteção, considerando a estruturação dos equipamentos e qualificação do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Na ocasião, Ricardo Oliveira, que compõe a coordenação da Rede, explicou que a escolha do tema regionaliza a temática e aglutina ainda mais a compreensão de somar forças no combate à violência de crianças e adolescentes – sobretudo à violência sexual.

Durante o lançamento, Ademir de Oliveira, gestor da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) apresentou dados bastante relevantes sobre a violência de crianças e adolescentes. Segundo o policial, nos três primeiros meses deste ano, apenas nas quatro DPCAs que existem no Grande Recife, foram registrados 122 casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. “Deste total, apenas cinco são praticados por pessoas desconhecidas. Ou seja, geralmente o agressor é uma pessoa próxima à família, alguém que tem relação com a vítima ou, além disso, do vínculo familiar”, contou.

A Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco, Lourdes Vinokur, destacou a importância do CEDCA/PE dentro do Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, a Conselheira lembrou que a prevenção é um dos melhores caminhos para se combater as violências que as crianças e adolescentes sofrem. Ela enfatiza, ainda, que há de se haver a investigação dos casos e punição dos violadores: “a impunidade é a mãe de todos os vícios”, destaca.

O Secretário Executivo da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, João Suassuna, informou como é realizado o encaminhamento das denúncias recebidas através da ouvidoria, a partir do Disque 100 e do Programa Atenção redobrada, informando que está sendo elaborado um diagnóstico sobre os casos denunciados. “É importante a simbologia do dia 18 de Maio, mas o enfrentamento deve ser constante”, lembrou o Secretário.

A importância da participação da juventude foi ressaltada por Thiago de Souza, de 19 anos, que participa das reuniões da Rede “é importante que a juventude esteja empoderada e participando desta rede nos espaços e na comunidade”.

O trabalho dos Conselhos Tutelares no combate à violência sexual de crianças e adolescentes foi ressaltado por Gerailson Ribeiro, representante da Associação Metropolitana de Conselheiros Tutelares e Ex-Conselheiros Tutelares de Pernambuco (AMCONTEPE), e também a importância de parcerias para vencer os desafios neste enfrentamento.

Nesta quarta-feira será realizado um seminário sobre o fortalecimento da Rede de Proteção para o Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O evento será no auditório Denis Bernardes, no CCSA, na UFPE. Já no próximo dia 18 acontecerá uma caminhada com concentração do Parque 13 de maio, a partir das 14h. E desde o dia 5 até o dia 31 deste mês estão sendo realizadas ações e atividades com o tema da campanha das instituições, órgãos públicos, comunidades e municípios.